

A Sua Excelência o Ministro da
Economia
Ministério da Economia
Rua da Horta Seca
1200-221 LISBOA

REF: S/00382/2015

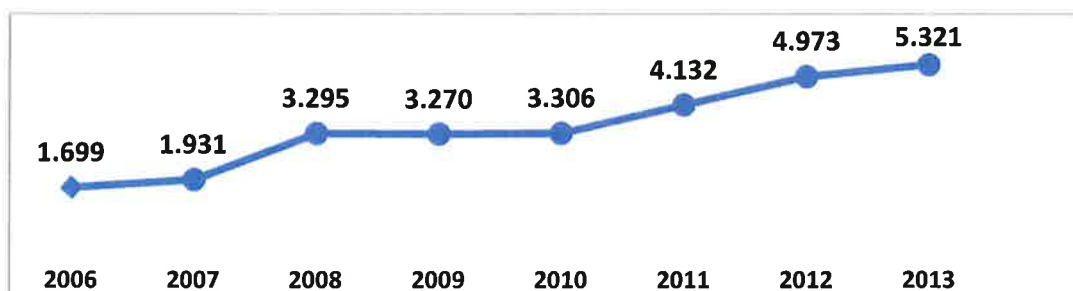
08/01/2015

Excelência,

A AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, na qualidade de representante e em defesa dos legítimos interesses das empresas suas associadas, permite-se vir solicitar o apoio de Vossa Excelência no âmbito do processo de internacionalização das empresas de construção, de modo a acompanhar o esforço que tem sido feito pelas mesmas, designadamente para conseguirem proceder ao destacamento de trabalhadores de forma concorrencial. De modo a ilustrar a relevância da internacionalização do setor da construção em Portugal, esta Associação salienta que o volume de negócios no exterior das empresas de construção atingiu 5.3 mil milhões de euros em 2013, aumentou 7%, face a 2012, e mais que triplicou entre 2006 e 2013, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 18%.

Assim, apesar da grave crise económica e financeira mundial e do aumento da concorrência internacional, a evolução dos últimos sete anos foi notável, com as empresas de construção portuguesas a faturarem no exterior mais 3.7 mil milhões de euros que em 2006, conforme resulta do seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DA CONSTRUÇÃO NO EXTERIOR



Fonte: Estatísticas EIC / FEPICOP / AECOPS (Milhões €)

Para contextualizar a relevância dos números apresentados, importa referir que a internacionalização de uma empresa de construção é sempre um processo complexo, de alto risco e de grande incerteza o que pressupõe estratégia, determinação, flexibilidade, versatilidade e resiliência.

Na construção, internacionalizar implica sempre uma deslocalização de pessoas e meios, o êxito *"in loco"*, e não apenas exportar bens ou serviços produzidos internamente. Na verdade: o sucesso pressupõe uma combinação adequada de elevadas competências técnicas e de engenharia, capacidade logística e músculo financeiro; sendo os riscos acrescidos porque, regra geral, as obras são plurianuais e longas, os investimentos muito elevados, a produção determinada pelas regras e condições locais e, simultaneamente, existe a necessidade de precaver os atrasos de pagamentos, os riscos cambiais, assegurar garantias financeiras de médio prazo.

Nestas circunstâncias, as necessidades de fundo de maneio são muito elevadas, os imprevistos são quotidianos e, nalguns casos, exigem soluções "não convencionais". Entretanto, as dificuldades da gestão interna do processo de internacionalização são agravadas por uma concorrência internacional feroz: tanto da parte de empresas de economias emergentes, em particular chinesas ou turcas, com apoios diretos dos Estados e que muitas vezes recorrem a práticas e métodos desleais, como de economias desenvolvidas e europeias, que beneficiam de incentivos e de benefícios fiscais mais favoráveis para as atividades no exterior.

Resulta evidente, pois, que sem uma gestão flexível da internacionalização não é possível ganhar concursos e sem obras não há produção, receitas, criação de emprego, lucros e pagamento de impostos.

Apresentadas as dificuldades genéricas do processo de internacionalização no setor da construção, esta Associação considera igualmente importante salientar que o sucesso português resultou de uma reorientação deliberada e estratégica das empresas de construção para os mercados externos, em condições internas particularmente adversas, que originaram problemas e contrariedades conjunturais inesperadas e acrescidas.

Foi necessária uma reorientação operacional complexa e difícil, para muitas empresas concretizada de "forma voluntarista e desesperada", com níveis elevados de endividamento, graves problemas financeiros e de tesouraria, sob a ameaça de rotura

e até de falência e, por consequência, sem “rede” e sem acautelar devidamente todas as contingências. Uma estratégia executada com meios escassos para as dificuldades iniciais acrescida de acesso aos mercados, com vicissitudes e sobressaltos decorrentes, por exemplo, dos incumprimentos e dos atrasos nos pagamentos por parte dos donos de obra, das limitações de acesso ao crédito e a garantias, como resultado do acréscimo do risco de país e da fragilidade do sistema financeiro português.

De salientar ainda que, entre 2011 e 2013, as empresas portuguesas ganharam a confiança das autoridades e dos investidores dos países de destino numa conjuntura externa particularmente negativa para o país, onde a imagem e o *rating* de Portugal e das suas instituições financeiras se “afundavam”, na sequência do Memorando de Entendimento.

O processo de internacionalização para algumas empresas foi uma questão de sobrevivência: a opção era ir para o exterior ou morrer, ocorreu com avanços e recuos, mas foi sempre encarada como um investimento no futuro, cujos resultados e efeitos positivos só se farão sentir em toda a sua plenitude a médio e longo prazo.

Os números demonstram que valeu a pena: vencidas muitas das dificuldades conjunturais, a consolidação do processo de internacionalização do setor já é uma realidade. A carteira de encomendas no exterior ultrapassa os 7 mil milhões de euros, com uma variação de 53% face a 2012, abrindo perspectivas favoráveis para os próximos anos.

Feito este enquadramento, é essencial destacar a relevância da internacionalização da construção para a economia nacional. Na verdade, a combinação da crise nacional com o sucesso da internacionalização está a alterar o perfil do tecido empresarial em Portugal e as características do mercado. Em 2013, a atividade no exterior já representava cerca de 44% do total da produção em Portugal e, como se pode observar no quadro seguinte, representa 31% do total da produção, somando a faturação no exterior com a produção no mercado interno, praticamente o mesmo que o total do segmento da engenharia civil executado em Portugal e pouco menos que o total da produção nos segmentos não residenciais e habitação:

MEMBRO DE:



FEPICOP



PTPC



Total da Produção no Mercado Interno e no Exterior

Engenharia Civil	5852,4	34%
Habitação	2951,9	17%
Edifício Não Residenciais	3190,2	18%
Produção Interna	11994,5	69%
Produção no Exterior	5321,2	31%
Total da Produção	17315,7	100%

Fonte: Estatísticas EIC / FEPI COP / AECOPS

Mais uma vez, os números demonstram a capacidade de adaptação, a versatilidade e a competitividade do tecido empresarial e, em particular, das médias e grandes empresas que, perante a dimensão da crise no mercado nacional, conseguiram resistir e “transferir” a sua capacidade produtiva para o exterior e, assim, preservar o emprego.

Os números demonstram, também e por um lado, que a construção não é uma “atividade não transacionável” dependente do mercado interno e protegida da concorrência externa e, por outro, que a engenharia constitui um instrumento relevante de internacionalização para a economia portuguesa.

Em termos macroeconómicos, o volume de negócios das construtoras no exterior representa cerca de 3% do PIB e cerca de 8% do total das exportações nacionais:

Volume de negócios no exterior / PIB	3%
Contratos Internacionais / PIB	4%
Volume de negócios no exterior / Exportações	8%

Fonte: FEPI COP / AECOPS

Por outro lado, a internacionalização do setor da construção é também muito relevante em matéria de emprego. Em 2013, no contexto da acentuada crise que Portugal tem atravessado com grande notoriedade no setor da construção o emprego neste setor no espaço nacional sofreu uma quebra de 19% comparativamente a 2012. Mas, as construtoras portuguesas nacionais, no âmbito do seu processo de internacionalização procuraram colocar os seus trabalhadores nas frentes de trabalho fora do país.

De acordo com os dados da Segurança Social, em 2013 eram 47.813 os trabalhadores destacados por empresas portuguesas de construção para exercerem

MEMBRO DE:



FEPI COP



PTPC



atividade em países europeus, não incluindo Portugal, tal como consta no quadro seguinte:

	Nº de trabalhadores da construção destacados na Europa	Variação 2013/2012
Alemanha	5455	52%
Áustria	889	9%
Bélgica	11421	92%
Espanha	5599	-15%
França	19612	48%
Holanda	2568	48%
Outros (a)	2269	75%
Total	47813	44%

Fonte: Segurança Social / FEPIOP / AECOPS

(a) Andorra, Estónia, Bulgária, Dinamarca, Escócia, Finlândia, Eslovénia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Reino Unido, Roménia, República Checa, Suécia e Suíça

O processo de internacionalização do setor, que descrevemos anteriormente, tem um impacto relevante, direto e indireto, nas receitas e despesas no Orçamento do Estado. Em 2013, de acordo com os cálculos da AECOPS, esse valor terá ultrapassado os 670 milhões de euros, repartidos da seguinte forma:

- As receitas das contribuições para a segurança social, apenas para os trabalhadores destacados na europa, foram superiores a 210 milhões de euros;
- A deslocalização dos trabalhadores da construção para o exterior, nomeadamente para a Europa, permite uma poupança orçamental anual, através do não pagamento de subsídios de desemprego, na ordem dos 340 milhões de euros;
- As receitas fiscais decorrentes do conjunto do volume de negócios internacionalização das empresas de construção rondaram os 120 milhões de euros, admitindo-se uma taxa de imposto efetiva de 2.2% em relação ao volume de negócios, calculada com base nos Quadros do setor publicados pelo Banco de Portugal, referentes a 2013 e obtidos com base na Informação Empresarial Simplificada (IES).

É, pois, neste contexto e quando se inicia o acesso ao novo quadro comunitário de apoio que, tendo presente todo o acima exposto, a AECOPS solicita o apoio de Vossa

Excelência no âmbito do processo de internacionalização das empresas de construção, no sentido do acompanhamento do esforço que tem sido feito pelas mesmas, designadamente na concretização de ações, tendo em vista “incentivar a internacionalização e a inovação empresarial”. Reportamo-nos, nomeadamente, ao previsto no sentido de “desenvolvimento de uma Diplomacia Económica que reconheça o peso, a importância e as necessidades específicas do setor da Construção e do Imobiliário”, ao “apoio a ações coletivas de vigilância tecnológica, designadamente no âmbito da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção” e a “criar condições para uma maior participação e integração do setor da Construção em programas europeus de investigação, desenvolvimento e inovação, através do incentivo à cooperação” (cit pontos 4.1, 4.3 e 4.4 do Compromisso para a Competitividade Sustentável do Setor da Construção e Imobiliário, assinado a 8 de março de 2013 por esse Ministério e pela CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, de que a AECOPS é sócio fundador, utilizando o acesso aos fundos comunitários do novo quadro para dar corpo às medidas acordadas, criando um cluster da construção em torno da inovação e da internacionalização.

Antecipadamente gratos pela boa e urgente atenção que, estamos certos, não deixará de ser dispensada ao assunto em apreço e ao dispor para a colaboração que entendam útil, apresentamos os nossos melhores e muito respeitosos cumprimentos,

O Vice-Presidente Executivo



(José Tomaz Gomes)

MEMBRO DE:



FEPICOP

